

REVOGADO



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ATO N. 259, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2005

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo Regimento Interno, art. 21, XXXI e, considerando que a agilidade, a inovação tecnológica e a transparência são pilares do modelo de gestão adotado no Tribunal,

RESOLVE:

Art. 1º O apanhamento taquigráfico das sessões dos órgãos fracionários será realizado nas cabines instaladas na Subsecretaria de Taquigrafia, por meio do sistema de comunicação de áudio e vídeo.

Art. 2º Após o apanhamento taquigráfico, a Subsecretaria de Taquigrafia, via sistema informatizado, deverá disponibilizar as notas taquigráficas às unidades vinculadas ao julgamento, com a indicação “não revisado”.

Parágrafo único. O sistema informatizado conterá dispositivos que possibilitarão o acesso restrito e/ou irrestrito às notas taquigráficas pelas unidades vinculadas ao julgamento.

Art. 3º O fornecimento de cópias de notas taquigráficas e do conteúdo das gravações de áudio e vídeo ao público interno e externo somente poderá ocorrer com a prévia e expressa autorização do Presidente do respectivo órgão julgador.

Art. 4º Fica vedada a divulgação interna e externa de despachos, relatórios e votos antes da publicação da decisão pelo órgão de divulgação oficial, salvo mediante expressa autorização do Ministro Relator.

Art. 5º Os Gabinetes e as Coordenadorias remeterão à Subsecretaria de Taquigrafia os índices e as pautas referentes aos processos que serão julgados, de forma a contribuir para a celeridade da produção e do envio das notas taquigráficas por meio de sistema informatizado.

Art. 6º As sessões de julgamento do Plenário, da Corte Especial, das Seções e das Turmas poderão ser transmitidas simultaneamente, a critério do respectivo Presidente, no todo ou em parte, via Intranet, Internet e sistema de televisão, observadas as disposições legais quanto aos feitos que correrem em segredo de justiça.

Art. 7º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria/MP nº 21, de 29 de junho de 1994.

Ministro EDSON VIDIGAL